COLUNA PREVIDENCIÁRIA

116. Um legado intangível

Sebastião Bergamini Junior (*)[1]

> "Mesmo que aceitemos a possibilidade de desaparecermos, sentimos forte necessidade de sermos recordados."[2]

A inserção exitosa dos indivíduos no mundo economico e financeiro depende, em grande parte, do legado intangivel deixado pelos seus ascendentes. Do ponto de vista formal, a educação financeira e previdenciaria parece não ter importância relevante para a maioria das pessoas. Muitos acreditam que uma conduta exemplar na esfera financeira constitui a maneira mais simples de deixar para seus descendentes a efetiva capacitação de planejar e executar suas metas financeiras com autonomia. Esse artigo aborda questões transversais levantadas em artigo anterior[3], com foco no legado intangível representado pela educação financeira e previdenciária deixado pelos individuos para seus descendentes. Paulo Honorio, protagonista do romance São Bernardo, de Graciliano Ramos, descreve sua vida de dificuldades em um mundo cheio de incertezas, injustiças e violência, descrevendo que "estudei aritmética para não ser roubado além da conveniência". A educação financeira permite sermos complacentes, ou seja, sermos roubados apenas dentro dos limites da nossa conveniência. Como o mundo moderno continua incerto, injusto, coalhado de falsidades e às vezes violento, à semelhança do ambiente de Paulo Honório, sempre haverá vantagem para aqueles que "estudam aritmética".

1. Educação financeira

Esse artigo aborda quatro aspectos interligados: a gestão financeira; a gestão de investimentos; as questões relacionadas aos objetivos previdenciários; e a influencia da inflação nesse contexto. O objetivo da educação financeira é o de proporcionar conhecimentos que permitam ao individuo estabelecer prioridades e metas para a realização de seus sonhos. Podemos simplificar a definição sobre o que é cada individuo: ele é o que, quanto e de que forma gasta seus recursos. Sonhos, metas e prioridades são individuais, pertinentes a cada ser humano. Nessa linha, a educação financeira deve começar com a definição dos seus objetivos de vida, da sua situação financeira e do atual ciclo de vida em que está. Existem premissas estabelecidas sobre gestão financeira, orçamento familiar, reserva de emergência, poupança e seguros. O processo de gestão financeira deve se iniciar com o mapeamento da situação financeira para estabelecer prioridades e metas. A análise do orçamento individual ou familiar deve contemplar estimativa realista da renda, dos gastos, da possível sobra para poupança e da gestão de dívidas. A manutenção de adequada reserva de emergência é essencial durante todo a vida financeira, devendo ser dimensionada com realismo. Estudos indicam que um valor prudente para esta reserva estaria entre seis e doze meses de renda mensal, dependendo de sua natureza fixa ou variável e, portanto, de sua previsibilidade. A regra de ouro sobre poupança: ela deve ser estabelecida a priori como percentual da renda e não como o valor que venha a sobrar no cotejo entre renda e gastos. A contratação de seguros tem papel essencial na vida financeira, contemplando produtos como o seguro de renda garantida contra risco de desemprego, o educacional próprio ou de dependentes e o seguro contra acidentes. Este mapeamento deve embasar o planejamento de longo prazo, inicialmente para a aquisição de bens de consumo durável e de imóveis, e posteriormente, para prover uma aposentadoria digna. A poupança previdenciária nos lembra que os objetivos dos indivíduos evoluem em ciclos temporais. Os especialistas reconhecem quatro: fundação, acumulação, manutenção e distribuição. Na fase de fundação se criam as bases da futura vida financeira do indivíduo, como disciplina e moderação. Nas fases de acumulação e manutenção os recursos devem ser alocados em investimentos diversificados, sempre buscando a melhor relação risco/retorno. A fase de distribuição constitui

---

[1] Certificado nas categorias CPro-R (ANBIMA); Administração em Previdência (ICSS); e Conselheiro Fiscal e de Administração (IBGC). As opiniões são de sua responsabilidade, não expressando posição da APA.

[2] Vanki Ramakrishnan, Prêmio Nobel de Química de 2009, em seu livro "Por que morremos."

[3] Este trabalho aprofunda a análise do artigo "Por uma migração consciente", publicada no jornal APALAVRA nº 289, de 16.06.2026, disponível no portal www.apabndes.org.br

a de usufruto da poupança acumulada, na qual os investimentos devem estar alocados prioritariamente em ativos visando a preservação e a liquidez do capital, e em paralelo, com a incorporação de temas relativos ao planejamento e à sucessão patrimonial. Importante ressaltar que possível sobra para poupar é uma esperança vã: sem planejamento nunca sobrarão recursos para quem vive na nossa sociedade de consumo, portanto, na fase inicial de sua vida financeira, o indivíduo deve estabelecer, a priori, um percentual de sua renda como meta de poupança, sendo os investimentos a contrapartida dessa poupança.

2. Investimentos

A poupança efetiva deve ser representada pelos recursos que excedem a reserva emergencial do indivíduo, uma vez que tal reserva deve estar alocada em ativos líquidos prontamente disponíveis, sob pena de o investidor ter que alienar, com prejuízos, investimentos que ainda não estão maduros. Em geral, o investidor já conhece os riscos envolvidos nos produtos mais comuns, simples e tradicionais como cofrinho, poupança e renda fixa, e em menor grau, renda variável e derivativos. Investir exige que o investidor conheça a mecânica de funcionamento dos mercados e, em detalhes, os produtos financeiros que pretenda utilizar. Note que as inovações financeiras estão mudando radicalmente o ambiente de negócios, como os mecanismos do *Open Finance*, *Open Investment* e *Open Insurance*, o papel inovador das *fintechs* e dos bancos digitais e o surgimento da *DeFi* ou finanças descentralizadas. Os novos produtos originados por essas inovações, alguns baseados na inteligência artificial generativa, apresentam desafios ainda pouco conhecidos pelo grande público. O processo de investimento exige que o investidor conheça e pratique a gestão de emoções, principalmente em situações de estresse financeiro. Nesse sentido, o aprendizado irá ocorrer ao longo de tempo, o que poderá ser acompanhado, a posteriori, pelos registros do histórico de investimentos realizados, com ênfase em sua tolerância a perdas. As experiências anteriores sempre serão valiosas para seus futuros projetos de investimentos. Durante a implementação de sua estratégia de investimentos, o indivíduo deve gerenciar suas emoções, buscando aumentar o conteúdo racional no âmbito de um processo que tem muito de emocional, principalmente em momentos de estresse financeiro. Os estudos sobre as finanças comportamentais concluíram que os processos cognitivos utilizados nas decisões financeiras são afetados por heurísticas e vieses cognitivos[4]. Os efeitos negativos dos vieses tendem a emergir em momentos de estresse financeiro, estimulando a impulsividade dos investidores. A redução da impulsividade será essencial em momentos de estresse financeiro, demandando decisões já endossadas pelo senso comum: adotar um período de reflexão, analisar os possíveis cenários, revisar os objetivos financeiros, se possível com o uso de registros de decisões passadas.

3. Reserva previdenciária

Depois de um período razoável na gestão de investimentos, sempre adotando estratégias condizentes com seu ciclo de vida, o indivíduo começará, cedo ou tarde, a constituir sua reserva previdenciária, que poderá estar adequada ou não ao seu pretendido padrão de vida pós emprego. Na verdade, as decisões sobre a poupança ou reserva previdenciária estarão condicionadas pelas decisões tomadas no início de sua vida laboral. Portanto, deve se conhecer, logo de início, as cinco possíveis opções para a constituição dessa reserva: sistema geral de previdência (INSS), regimes próprios de previdência para complementação de aposentadoria de funcionários públicos (RPPS); fundos de pensão para empregados de empresas públicas ou privadas; fundos de aposentadoria abertos geridos pelo sistema financeiro (PGBL); e gestão própria da poupança previdenciária. Essas opções se combinam, pois quem está no sistema geral do INSS também poderá ou deverá estar inserido em uma das outras opções, incorrendo em limites de benefícios e em riscos que devem ser criteriosamente avaliados. De qualquer forma a gestão de sua própria reserva previdenciária individual, sem vinculação com qualquer das outras opções se afigura a mais libertária[5], lhe concedendo uma ampla liberdade alocacional, mas exigindo, por outro lado, uma rígida disciplina financeira.

---

[4] As heurísticas são “decisões de bolso” ou atalhos mentais que facilitam a tomada de decisões e a resolução rápida de problemas. Os vieses são distorções sistemáticas ou desvios na forma como pensamos, julgamos ou analisamos a realidade, constituindo atalhos mentais inconscientes que, em geral, nos levam a julgamentos tendenciosos, conclusões precipitadas e avaliações estereotipadas.

[5] Libertário por estar associado fortemente ao individualismo econômico e ao livre mercado em contraposição ao dirigismo e ao controle do Estado, portanto não tem relação com o anarquismo político.

4. Inflação

A inflação é um imposto no qual a base de cálculo é a quantidade de dinheiro em circulação e a alíquota é a taxa de inflação medida pelo Indice de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA. Este índice é a medida de inflação oficial do nosso país, sendo calculado pelo IBGE com base em uma cesta de produtos e serviços consumidos pela população brasileira com renda mensal de até 40 salários mínimos. Essa métrica é parâmetro usado pelo Banco Central para orientar a fixação da taxa SELIC ou taxa básica de juros da economia brasileira. Na verdade, consideradas as diferentes proporções de produtos e serviços consumidos por cada individuo, podemos dizer que a verdadeira taxa de inflação é individual, com cada individuo sofrendo, de forma específica, a perda do poder aquisitivo da moeda nacional. Na história econômica de nosso país a inflação foi uma constante por décadas, inclusive com o país tendo sofrido um breve episódio de hiperinflação[6] nos três primeiros meses de 1990, com pico inflacionário de 84% no mês de março, mas ainda assim bem inferior à da Alemanha da Republica de Weimar, que no período de dois anos (1922/1923), acumulou uma inflação de um bilhão por cento. No Brasil as decadas de inflação determinaram diferentes graus de perdas para todos os atores econômicos, exceto para o emissor das diferentes moedas nacionais que foram criadas no período. Todos foram perdedores, mas enquanto as empresas e as camadas superiores da sociedade tinham mecanismos que preservavam seu poder de compra, de forma parcial ou integral, a parcela mais pobre sofreu enormemente, até a sua redenção pelo Plano Real em 1994. Passados 32 anos desde então, a memória inflacionaria continua presente. A confiança nos títulos governamentais ainda não se recuperou, como demonstra a necessidade de o Governo em emitir Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B) pagando juros reais no entorno de 8% acima da correção monetária calculada com base no IPCA, hoje na faixa de 5% ao ano. Em contraste, nos EUA, a recente elevação dos titulos do Tesouro norte americano para patamares nominais acima de 5% ao ano ainda representam juros reais de 2% ao ano depois de excluida a inflação de 3%. Essa é a taxa livre de risco para investimentos de longo prazo nos EUA. Portanto, a taxa livre de risco no Brasil de 7% a 8% acima da inflação se mostra extremamente disfuncional para o bom funcionamento de toda a economia nacional. Vinculando essas considerações ao tema de gestão de investimentos e reserva previdenciária, se torna evidente que os efeitos da inflação no longo prazo merecem cuidados especiais. Por exemplo, na utilização de sua reserva previdenciária depois de aposentado, o individuo deve estar muito atento à efetiva perda de seu poder aquisitivo, mesmo que seu benefício ou sua retirada mensal possa estar teoricamente defendida da inflação medida pelo IPCA. A dinâmica inflacionária demonstra que o preço dos serviços de forma geral, e produtos e serviços médicos em particular, sempre cresceram acima da inflação.

Conclusões

O legado deixado a sucessores assume outras formas alem da educação financeira. Por exemplo, um legado não tão intangível, está representado pela cota de cada brasileiro na dívida pública, a qual foi quantificada recentemente em R$ 43.600,00 per capita, ou seja, a dívida é pública, mas quem deve realmente somos todos nós[7]. Outro legado, esse tangível, mas que em geral não vemos, são representados por milhas aéreas, créditos em aplicativos e carteiras digitais, dentre outros, que podem representar valores relevantes e, ao mesmo tempo, serem invisíveis para familiares e herdeiros[8]. Esse temas não foram desenvolvidos aqui, mas poderão ser abordados em outros artigos Para finalizar, podemos considerar que nem todas as pessoas conseguirão deixar um possível legado intangível representado por educação financeira para seus descendentes. No entanto, para aqueles indivíduos que conseguirem tal proeza, este legado provavelmente será sempre bem lembrado pelos seus familiares, atendendo o desejo universal de todos de serem recordados depois de “desaparecidos”.

Publicado no jornal APALAVRA nº 293, de 13/10/2026 (disponível em www.apabndes.org.br)

[6] Hiperinflação foi definida em 1956 por Philip Cagan como sendo a taxa mensal de inflação superior a 50%.
[7] “A Dívida e a coisa pública”, de Gustavo Franco. O Globo, 27.09.26.
[8] “O patrimônio que não vemos também precisa de planejamento”. Alan Bousso, Valor, 30.09.26.